

Este Editorial destina-se ao número 100 da Revista “Nação e Defesa” no ano em que o Instituto comemora 25 anos<sup>1</sup> sobre o Decreto-Lei que fez a sua refundação e nos aproximamos do milhar de Auditores que, ao longo deste tempo, frequentaram os seus Cursos.

O Centésimo número da Nação e Defesa abre uma oportunidade para duas leituras que nos pareceram fundamentais no momento em que o presente número foi pensado. O papel do Instituto da Defesa Nacional no contexto da sociedade portuguesa desde a sua fundação até aos dias de hoje e a escolha de um período decisivo para a história da Europa e da construção europeia com os desafios que se colocaram de Maastricht a Nice. Do mesmo modo, perante os trágicos acontecimentos de 11 de Setembro nos EUA, não pode o IDN e este Editorial ignorarem o facto ou passarem ao lado.

A vida da humanidade tem datas que ficaram registadas essencialmente por que trouxeram alterações tão fortes que mudaram o curso da História, incluindo o das relações entre os actores do sistema internacional.

Maastricht anunciou a criação de uma política externa e de segurança comum colocando à Europa desafios sem precedentes, enquanto actor na cena internacional. O Tratado de Amsterdão consolidou aquele projecto, dotando as instituições comunitárias dos instrumentos para a gradual afirmação do projecto europeu. O Tratado de Nice deixou antever as dificuldades práticas inerentes à implementação de uma verdadeira política de segurança e defesa comum.

Os acontecimentos do “11 de Setembro” tiveram não apenas importantes consequências internacionais, como colocam desafios de vulto à solidariedade transatlântica e ao consenso político intra-comunitário.

Estes últimos acontecimentos constituirão marcos de referência para todas as áreas do conhecimento, com consequências profundas no Sistema de Relações Internacionais, na

---

<sup>1</sup> Sobre o tópico, o ex-Secretário de Estado da Defesa, Dr. Miranda Calha, preparou um texto especial datado de 4 de Junho de 2001, que a Direcção do IDN agradece desvanecida e naturalmente esgota o assunto.

Teoria dos Conflitos, na Economia e nas Finanças, na Sociologia, no enquadramento legal que regula o funcionamento das sociedades, etc.

O IDN organizou em 23, 24 e 26 de Outubro “Jornadas de Reflexão” sobre este novo problema reflectindo essencialmente sobre três temas, “A Conjuntura internacional e perspectivas de evolução”, “Os instrumentos para a luta anti-terrorista” e “Implicações para as Políticas de Segurança e de Defesa Nacional”. A qualidade dos nossos conferencistas, as presenças e o interesse da nossa audiência provaram a importância e a actualidade do tema e as Jornadas estiveram à altura do melhor que temos feito. Tudo quanto foi dito irá ser, oportunamente, publicado.

Será já possível tirar algumas conclusões e apontar alguns caminhos? Creio que, pelo menos, tal pode ser tentado, de um modo conciso e alinhado.

- O atentado de 11 de Setembro, pelos seus objectivos, pela sua organização e execução, pelas suas consequências foi um dos actos mais violentos da História podendo ser considerado como um “Acto de Guerra” não declarada, entre duas sociedades, modos de vida e mentalidades. Trata-se de um choque entre a Sociedade do Século XXI e uma outra que se encontra em termos de pensamento e funcionamento mil anos atrás.
- Abre-se um novo capítulo na História dos Conflitos. Nada do que tem sido estudado será posto de lado mas o terrorismo transnacional passa a merecer um capítulo específico, já que até agora, o terrorismo, por ser local ou regional, era tratado com menor importância.
- O Sistema de Relações Internacionais está novamente em causa provando-se que após a queda do Muro de Berlim e a implosão da União Soviética ainda não se encontrou um novo sistema mundial, estável e durável. O deus Mercado, a aceleração da História pela força da Tecnologia, e a Globalização precisam de ser repensados e postos ao serviço dos Homens.
- A questão do desequilíbrio de poder e económico à escala global e as injustiças que tem provocado, já não apresentam só consequências sociais, mas arrastam pela primeira vez problemas para a segurança do mundo desenvolvido. Trata-se da outra face da Globalização: grupos transnacionais com grandes capacidades, tanto de organização, como financeira e de tecnologia, com objectivos claros e gente disponível a morrer neste novo tipo de guerra, vêm dizer que enquanto o mundo não tiver equilíbrio, ninguém estará seguro a começar pelas grandes capitais do hemisfério norte. Nunca no passado, na História dos Impérios, tal tinha acontecido.

- Pode ser alterado o equilíbrio entre a indispensável Segurança da Sociedade e os Direitos, Liberdades e Garantias que são uma das bases da vida democrática, o que obriga à produção de nova legislação e a eventuais mudanças no funcionamento das Forças de Segurança e do Sistema Judicial Europeu e Internacional.
- A necessidade de melhorar o relacionamento, a coordenação e os efeitos de sinergia entre os Sistemas de Informações, Forças de Segurança, Polícias de Investigação Criminal e Forças Armadas, quer a nível nacional, quer no interior das grandes associações internacionais de âmbito político, económico, de segurança e de defesa de que fazemos parte.

Se estas podem ser consideradas as grandes questões que o “11 de Setembro” levantou, já a Gestão da Crise que se seguiu tem sido feita de acordo com as regras de um largo consenso internacional em vez de uma simples reacção unilateral.

Assim, não só se envolveram a ONU e o Conselho de Segurança, bem como a NATO, a OSCE, a União Europeia, a Rússia, a China, a Índia, o Paquistão e países muçulmanos com regimes moderados, como os passos dados foram de grande prudência.

Foram consideradas, ao lado da acção militar, essencialmente acções diplomáticas, económicas, financeiras e psicológicas.

A operação militar integra simultaneamente a tentativa de destruir a transnacional terrorista responsável pelos atentados de “11 de Setembro”, punir o(s) regime(s) político(s) que abriga(m) esta organização e desenvolver uma enorme operação de apoio humanitário às populações que vierem a ser afectadas pelos ataques da coligação internacional liderada pelos EUA.

Esta crise fez também emergir novas possibilidades de Alianças (transitórias?) e a importância de alguns actores em detrimento de outros mais tradicionais.

Seis grandes questões se põem no contexto da gestão da crise político-militar cujo desenvolvimento ainda não é claro na altura em que este Editorial é escrito.

A concepção desta grande manobra político-estratégica envolve obrigatoriamente os seguintes passos:

Acção aérea e com mísseis contra o Afeganistão que será efectuada com êxito (mais dia, menos dia).

Acção militar terrestre essencialmente baseada no jogo das Informações, nas acções das Forças Especiais e no apoio de Helicópteros. O objectivo deve ser destruir toda a estrutura de apoio à rede terrorista (e nunca ocupar o terreno). Quanto tempo vai demorar? Com que êxito?

Uma grande operação humanitária em favor das vítimas e desalojados por motivo da guerra e grande manobra de guerra psicológica a levar a efeito em todo o mundo. Nesta operação psicológica, ambas as partes têm vindo a utilizar os Órgãos de Comunicação Social como instrumento essencial.

A substituição do Regime Talibã no Afeganistão, questão que ainda não tem resposta. Nenhuma das opções que têm sido apresentadas parecem ser aceitáveis ou dar o mínimo de estabilidade.

Equilíbrio político-social do Paquistão e manutenção do regime. Será que o actual regime se consegue manter? E se cair?

O combate com sucesso (?) à transnacional do terrorismo que surgiu à luz do dia em 11 de Setembro. Será que é um polvo com dezenas de tentáculos? Destruindo a cabeça qual a capacidade de continuação activa dos seus tentáculos? E o salto para a guerra química e biológica à escala mundial sobre a população de qualquer cidade?

E nós? E Portugal?

No contexto da ONU, da NATO, da UE, da OSCE, da CPLP, do diálogo do Mediterrâneo, da Cimeira Ibero-Americana fizémos o que deveríamos ter feito, já que a nossa diplomacia é adequada e atenta. Nem sempre temos o poder real que a apoie, mas sabemos, normalmente, o que fazer nestas situações.

E internamente? A situação de crise que se vinha desenvolvendo no País e que algumas vozes vinham anunciando veio à superfície agravada com a clareza das nossas fragilidades de ordem jurídico-legal, de Informações, das nossas Forças de Segurança, da capacidade de actuação da nossa Polícia de Investigação Criminal e também das nossas Forças Armadas.

É indispensável que se perceba que não há poder mais legítimo e sólido que o das Democracias e que a máquina do Estado inclui obrigatoriamente também mecanismos para garantir a Segurança Interna e Externa do País e a das suas populações.

E tal significa legislação adequada e de sentido nacional, uma máquina administrativa que funcione e a coragem política para tomar decisões que garantam a perenidade do Regime Democrático e a Segurança de todos nós.

De qualquer modo, o mundo e também Portugal vão passar a viver com a terceira ameaça mundial. Ao lado da droga e da Sida vem o terrorismo global e transnacional. Só que, nos outros dois, os envolvidos têm comportamentos de risco... e neste último caso qualquer cidade ou cidadão de qualquer parte do mundo podem ser as próximas vítimas.

TENENTE-GENERAL GARCIA LEANDRO